



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

**Ofício nº 172/2025 – SNJ**

Leme, 1º de dezembro de 2025.

**Excelentíssimo Senhor**

Através do presente encaminhamento a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei, que Revoga a Lei Ordinária nº 4.484, de 06 de novembro de 2025, que dispõe sobre a realização de audiência e consulta pública para alienação, concessão, terceirização ou privatização de serviços e bens públicos no município de Leme.

Considerando a relevância de manter a legislação municipal harmonizada com a Lei Orgânica do Município de Leme e a legislação federal, especialmente a Lei de Licitações, e visando simplificar e tornar mais eficiente os procedimentos administrativos relacionados à alienação, concessão ou delegação de serviços e bens públicos, apresenta-se a presente proposta de revogação. Ressalta-se que tal medida não afasta a obrigatoriedade de participação popular quando prevista em normas superiores, garantindo o respeito às exigências legais e à transparência.

Diante da necessidade de adequação imediata da legislação municipal e do interesse público em aperfeiçoar os procedimentos administrativos, solicita-se a tramitação do presente Projeto de Lei em **regime de urgência**, nos termos do artigo 194 do Regimento Interno desta Casa.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**  
**Prefeito do Município de Leme**

À

Excelentíssima Senhora.

**CINTIA CRISTINA GROSSKLAUSS**

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

## ESTADO DE SÃO PAULO

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025

Revoga a Lei Ordinária nº 4.484, de 06 de novembro de 2025, que dispõe sobre a realização de audiência e consulta pública para alienação, concessão, terceirização ou privatização de serviços e bens públicos no município de Leme.

**Art. 1º** Fica revogada a Lei Ordinária nº 4.484, de 06 de novembro de 2025, que dispõe sobre a realização de audiência e consulta pública para alienação, concessão, terceirização ou privatização de serviços e bens públicos de qualquer natureza no município de Leme.

**Art. 2º** Fica mantida a obrigatoriedade de autorização legislativa para alienação, concessão ou delegação de serviços e bens públicos, conforme já previsto na Lei Orgânica do Município de Leme e na Lei de Licitações, não sendo necessária a realização das audiências e consultas públicas previstas na Lei revogada.

**Parágrafo único.** A revogação prevista nesta Lei não afasta o cumprimento das exigências de participação popular estabelecidas em legislações superiores, incluindo, entre outras, o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e normas ambientais ou urbanísticas que imponham a realização de audiências ou consultas públicas específicas.

**Art. 3º** As disposições desta Lei entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 1º de dezembro de 2025.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

### **JUSTIFICATIVA**

#### ***EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO EGRÉGIO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.***

Cumprimentando-a cordialmente, submeto à apreciação de V. Exa. o projeto de lei que “Revoga a Lei Ordinária nº 4.484, de 06 de novembro de 2025, que dispõe sobre a realização de audiência e consulta pública para alienação, concessão, terceirização ou privatização de serviços e bens públicos no município de Leme”.

A presente proposta de revogação tem como objetivo promover a harmonização da legislação municipal com a Lei Orgânica do Município de Leme e com a Lei Federal de Licitações, assegurando que os procedimentos relativos à alienação, concessão ou delegação de serviços e bens públicos sigam de forma clara e alinhada às normas gerais vigentes.

A Lei nº 4.484/2025 introduziu importantes instrumentos de participação popular. Contudo, com a evolução do marco legal federal e estadual, algumas de suas exigências passaram a se sobrepor a procedimentos já previstos em legislações superiores, resultando em etapas adicionais que podem tornar o trâmite administrativo mais complexo e menos eficiente. Assim, a presente iniciativa busca atualizar e aperfeiçoar o ordenamento municipal, ajustando-o às diretrizes mais recentes.

O Parágrafo Único do Artigo 2º foi incluído justamente para deixar claro que a revogação da Lei nº 4.484/2025 não afasta, em hipótese alguma, a realização de audiências ou consultas públicas nos casos em que tais instrumentos forem exigidos por legislações superiores, como o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), normas ambientais, urbanísticas e demais regras que tratem da participação social em processos decisórios específicos. Tais dispositivos continuam plenamente vigentes e serão rigorosamente observados pelo Município.

A propositura em tela guarda perfeita consonância com as determinações estabelecidas na Constituição Federal, bem como está adequada às normas e diretrizes contidas na Lei de





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**

Responsabilidade Fiscal, sendo desnecessário o acompanhamento da estimativa de impacto orçamentário e financeiro (Art. 17, § 1.º, LRF) e declaração do ordenador de despesa sobre adequação orçamentária e financeira às Leis Orçamentárias (Art. 16, I, LRF), visto que se trata de texto legal que não gera novas despesas.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei reforça a segurança jurídica, a racionalização administrativa e a adequada integração entre as normas municipais e federais, preservando plenamente a transparência, o controle social e os mecanismos de participação popular previstos na legislação vigente.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**

**Prefeito do Município de Leme**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A04D-5D44-D9D9-FACB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDEMIR APARECIDO BORGES (CPF 340.XXX.XXX-18) em 01/12/2025 15:55:36 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/A04D-5D44-D9D9-FACB>